



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE BACHARELADO EM FARMÁCIA

JOANA CRISTINA DO NASCIMENTO SIMÕES

**A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DE
MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPs): uma revisão
da literatura**

Itaituba - PA

2026

JOANA CRISTINA DO NASCIMENTO SIMÕES

**A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DE
MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPs): uma revisão
da literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
bacharela em Farmácia.

Orientadora: Prof.^a Esp. Nagila Juliane Cirino
Maranhão dos Anjos.

Itaituba-PA

2026

SIMÕES, Joana Cristina do Nascimento.

A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS
ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPs): uma revisão da literatura. Joana Cristina do
Nascimento Simões: FAI, 2026.

50 f.: il.

Orientadora: Nágila Juliane Cirino Maranhão dos Anjos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2026.

1. Medicamentos Isentos de Prescrição. 2. Atuação do Farmacêutico. I. Anjos,
Nágila Juliane Cirino Maranhão. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2026.

JOANA CRISTINA DO NASCIMENTO SIMÕES

**A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DE
MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPs): uma revisão
da literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
bacharela em Farmácia.

Orientadora: Prof.^a Esp. Nagila Juliane Cirino
Maranhão dos Anjos.

BANCA EXAMINADORA

Avaliador(a): _____ Nota: _____
Nome

Avaliador(a): _____ Nota: _____
Nome

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, ____ de abril de 2026.

Dedico este trabalho a minha mãe que sempre me incentivou a estudar e ao meu pai, e a minha madrinha que lutaram para que eu me formasse e me apoiaram para buscar uma vida melhor para nossa família através do esforço, dedicação, estudo e fé.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por ter sido minha força em todos os momentos. À minha família, em especial à minha mãe, ao meu pai, à minha madrinha e ao meu filho, que foram fundamentais para a conclusão desta etapa tão importante da minha vida acadêmica.

De modo especial, dedico ao meu filho **Pedro Miguel Simões Rodrigues**, que chegou no início dessa trajetória para me dar ainda mais força, coragem e motivação para seguir em frente, com o propósito de construir um futuro melhor para nós dois.

Aos meus pais **Edmilson de Oliveira Simões e Raimunda Pinto Do Nascimento Filha**, minha eterna gratidão pelo apoio incondicional, pelo incentivo constante e por cuidarem do meu filho todas as noites, possibilitando que eu frequentasse a faculdade e seguisse firme nessa caminhada.

À minha madrinha **Jane Simões d'Almeida**, agradeço por todo o apoio, carinho e por acreditar nesse sonho de me tornar graduada desde o início.

À minha orientadora, **Nagila Juliane Cirino Maranhão dos Anjos**, meu agradecimento especial pela paciência, dedicação, incentivo e por conduzir este trabalho com responsabilidade, sensibilidade e excelência. Sua orientação foi fundamental para o desenvolvimento e a conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Não poderia deixar de dedicar também à minha amiga **Maira Lopes dos Santos**, que esteve ao meu lado durante esses cinco anos, compartilhando desafios, aprendizados e conquistas. Juntas, apoiando uma à outra, fomos parceiras desde o ensino médio até a conclusão desta graduação.

A todos que acreditaram em mim e contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste sonho, minha imensa gratidão.

Há medicamentos para toda a espécie de doenças, mas, se esses medicamentos não forem dados por mãos bondosas, que desejam amar, não será curada a mais terrível das doenças: a doença de não se sentir amado.

Madre Teresa de Calcutá (Século-XX).

RESUMO

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) são amplamente utilizados no tratamento de condições de saúde consideradas leves, como dores, febre e processos inflamatórios, devido à facilidade de acesso e à percepção de menor risco à saúde. Entretanto, o uso inadequado desses medicamentos pode ocasionar reações adversas, interações medicamentosas e agravamento de quadros clínicos, especialmente quando ocorre automedicação sem orientação profissional. Nesse contexto, o farmacêutico desempenha papel fundamental na promoção do uso racional e seguro desses medicamentos. O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos isentos de prescrição, destacando sua importância na orientação da população e na prevenção de riscos associados à automedicação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, realizada por meio da análise de publicações científicas disponíveis em bases de dados como SciELO, PubMed, BVS e Google Acadêmico, considerando estudos publicados entre 2020 e 2025. Foram selecionados artigos que abordam a temática da atenção farmacêutica relacionada aos MIPs. Os resultados evidenciam que a intervenção do farmacêutico no momento da dispensação contribui significativamente para a redução de problemas relacionados ao uso de medicamentos, como intoxicações, interações medicamentosas e uso inadequado. Além disso, a orientação farmacêutica favorece a educação em saúde, o autocuidado responsável e a adesão ao tratamento. Conclui-se que a presença ativa do farmacêutico nas farmácias comunitárias é essencial para garantir a segurança do paciente, promover o uso racional de medicamentos e fortalecer a assistência farmacêutica no contexto da saúde pública.

Palavras-chave: Medicamentos Isentos de Prescrição; Automedicação; Atenção Farmacêutica; Uso Racional de Medicamentos; Assistência Farmacêutica.

ABSTRACT

Over-the-counter (OTC) medications are widely used in the treatment of mild health conditions such as pain, fever, and inflammatory processes due to their easy access and the perception of lower health risks. However, the inappropriate use of these medications may cause adverse reactions, drug interactions, and worsening of clinical conditions, especially when self-medication occurs without professional guidance. In this context, the pharmacist plays a fundamental role in promoting the rational and safe use of these medicines. This study aims to analyze the role of pharmacists in the dispensing of over-the-counter medications, highlighting their importance in guiding the population and preventing risks associated with self-medication. This research is a bibliographic and exploratory study with a qualitative approach, conducted through the analysis of scientific publications available in databases such as SciELO, PubMed, BVS, and Google Scholar, considering studies published between 2020 and 2025. Articles addressing pharmaceutical care related to over-the-counter medications were selected. The results show that pharmacist intervention during the dispensing process significantly contributes to reducing medication-related problems, such as intoxications, drug interactions, and inappropriate use. Furthermore, pharmaceutical guidance promotes health education, responsible self-care, and better adherence to treatment. It is concluded that the active presence of pharmacists in community pharmacies is essential to ensure patient safety, promote the rational use of medicines, and strengthen pharmaceutical care within the context of public health.

Keywords: Over-the-counter Medications; Self-medication; Pharmaceutical Care; Rational Use of Medicines; Pharmaceutical Assistance.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

FC - Farmácia Clínica.

LMIP - Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição.

MIPs - Medicamentos Isentos de Prescrição.

PRMs - Problemas Relacionados a Medicamentos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxograma dos artigos selecionados.....	32
Quadro 1- Comparativo de Estudos sobre a Atuação do Farmacêutico na Dispensação de Medicamentos Isentos de Prescrição.....	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 O QUE SÃO MEDICAMENTOS MIPS?.....	13
2.2 AUTOMEDICAÇÃO.....	15
2.2.1 Riscos Associados à Automedicação	16
2.2.2 Fatores que Contribuem Para a Automedicação.....	17
2.3 FARMÁCIA CLÍNICA.....	18
2.4 IMPORTÂNCIA PROFISSIONAL DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DOS MIPS.....	20
2.5 PRINCIPAIS INTERAÇÕES COM MIPS	22
2.6 REGULAMENTAÇÃO DA ANVISA.....	24
2.7 DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPS).....	25
2.8 ESTRATÉGIAS PARA APERFEIÇOAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPS)	28
3 METODOLOGIA	30
3.1 TIPOS DE PESQUISAS UTILIZADAS.....	30
3.2 ASPECTOS ÉTICOS	31
3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	31
3.4 COLETA DE DADOS E ANÁLISE	32
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
4.1 ANÁLISE DA ATUAÇÃO FARMACÊUTICA, DOS RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E DAS ESTRATÉGIAS PARA O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO	37
5 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) são frequentemente utilizados no tratamento de problemas de saúde considerados leves, como dores, febre e processos inflamatórios, sobretudo pela facilidade de acesso e pela percepção de que apresentam menor risco à saúde. Entre os exemplos mais comuns dessa categoria estão os analgésicos e os antitérmicos. Embora, em geral, sejam considerados seguros quando utilizados de maneira adequada, o uso incorreto pode provocar interações medicamentosas, reações adversas e até agravar determinadas condições clínicas.

Quando empregados de forma consciente, os MIPs podem favorecer práticas de autocuidado e contribuir para diminuir a sobrecarga nos serviços de saúde. Para que um medicamento seja enquadrado nessa categoria, é necessário que atenda a critérios técnicos estabelecidos por órgãos reguladores, que consideram aspectos como segurança comprovada, eficácia, baixo potencial de efeitos adversos ou dependência e a ausência de risco de mascarar sintomas de doenças mais graves.

Apesar dessas vantagens, o uso inadequado dos MIPs pode representar um importante problema de saúde pública. A prática da automedicação sem orientação profissional adequada aumenta a possibilidade de interações medicamentosas perigosas, ocorrência de reações adversas e agravamento de quadros clínicos já existentes. Esses riscos tornam-se ainda mais relevantes quando os medicamentos são utilizados com frequência, em doses superiores às recomendadas ou por períodos prolongados.

Nesse cenário, a atuação do farmacêutico assume papel fundamental na promoção do uso racional desses medicamentos. A participação desse profissional no processo de dispensação não se limita à simples entrega do produto; ele desempenha uma função importante na orientação quanto ao uso correto, na avaliação de contraindicações e na prevenção de riscos. Por meio do aconselhamento e da educação em saúde, o farmacêutico contribui para que o paciente utilize o medicamento de maneira segura, reduzindo os danos decorrentes da automedicação inadequada.

Diante dos desafios que envolvem o uso indiscriminado dos MIPs, surge a necessidade de investigar como a intervenção profissional pode garantir a segurança do paciente. Nesse sentido, a presente pesquisa é guiada pela seguinte questão

norteadora: De que maneira a atuação do farmacêutico na dispensação de MIPs pode mitigar os riscos da automedicação e quais são os principais desafios enfrentados por esse profissional na promoção do uso racional?

Este estudo tem como objetivo geral analisar os riscos da automedicação sem orientação profissional e sua relação com o uso inadequado de MIPs. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Analisar a atuação do farmacêutico na dispensação de MIPs; Investigar os desafios enfrentados pelos farmacêuticos na promoção do uso racional; Apontar estratégias que possam ser implementadas para melhorar a assistência farmacêutica na dispensação dessa classe de medicamentos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se como metodologia um estudo bibliográfico e exploratório, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de revisão de literatura em bases de dados como SciELO, PubMed, Bvs Saúde e Google Acadêmico, selecionando estudos publicados entre 2020 e 2025. O referencial teórico baseia-se em autores como Alcântara e Andrade (2022), Miranda Filho *et al.* (2021), Amorim Filho *et al.* (2022) e Mota, Santos e Sousa (2024), que evidenciam o papel indispensável do farmacêutico na segurança do paciente.

Por fim, este trabalho está estruturado em cinco seções. Além desta introdução, o Capítulo 2 apresenta a Fundamentação Teórica sobre MIPs e assistência farmacêutica. O Capítulo 3 detalha a Metodologia. O Capítulo 4 expõe os Resultados e Discussão da literatura selecionada e, o Capítulo 5, apresenta as Considerações Finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O QUE SÃO MEDICAMENTOS MIPS?

Os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) correspondem a uma categoria de fármacos autorizados para comercialização sem a obrigatoriedade de receita médica, sendo indicados para o manejo de condições clínicas autolimitadas e de menor complexidade. Essa classificação permite que o paciente realize o tratamento de forma autônoma, desde que respeitadas as orientações contidas na bula, nos rótulos e, preferencialmente, sob aconselhamento de profissional habilitado (XIMENES; PEREIRA; REIS, 2024).

No Brasil, a regulamentação dessa categoria teve como marco inicial a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de medicamentos. Posteriormente, a consolidação da categoria ocorreu com a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, especialmente a partir da RDC nº 98/2016 e, mais recentemente, com a RDC nº 882/2024, que atualmente disciplina os critérios de enquadramento e reenquadramento desses medicamentos (BRASIL, 2024).

Para que um medicamento seja classificado como isento de prescrição, é imprescindível que apresente baixo potencial de toxicidade, reduzida probabilidade de interações clinicamente relevantes, previsibilidade das reações adversas e ausência de risco significativo de dependência. Além disso, deve ser destinado ao tratamento de sintomas reconhecíveis pelo próprio paciente e por períodos curtos de utilização. Esses critérios visam assegurar que o uso ocorra de maneira segura mesmo sem acompanhamento médico direto, embora a orientação farmacêutica permaneça fundamental para minimizar riscos e garantir o uso racional (AMORIM FILHO *et al.*, 2022).

A utilização de MIPs é amplamente disseminada no Brasil, sobretudo para o alívio de sintomas como cefaleia, febre, distúrbios gastrointestinais, sintomas gripais e dores musculares. Contudo, a facilidade de acesso e a percepção equivocada de que esses medicamentos são totalmente isentos de riscos favorecem a prática da automedicação sem orientação adequada. Estudos recentes demonstram que o uso indiscriminado pode ocasionar eventos adversos, mascaramento de patologias subjacentes, interações medicamentosas e agravamento de condições clínicas,

especialmente em populações vulneráveis, como idosos, crianças e pacientes polimedicados (GUIMARÃES *et al.*, 2021).

Nesse cenário, a atuação do farmacêutico assume papel estratégico na promoção do uso seguro desses medicamentos. A dispensação de MIPs envolve avaliação criteriosa dos sintomas relatados, investigação sobre histórico medicamentoso, identificação de contraindicações e orientação quanto à posologia, duração do tratamento e sinais de alerta que indicam necessidade de encaminhamento médico. Essa prática fortalece o cuidado centrado no paciente e reduz a probabilidade de desfechos negativos associados à automedicação (CARDOSO *et al.*, 2022).

Além da função técnica, o farmacêutico desempenha importante papel educativo, esclarecendo dúvidas, incentivando a leitura adequada da bula e conscientizando sobre os limites da automedicação responsável. A educação em saúde promovida no ambiente da farmácia contribui para o fortalecimento do vínculo profissional-paciente e para a prevenção do uso irracional de medicamentos, refletindo positivamente na saúde coletiva (FERREIRA *et al.*, 2021).

A regulação sanitária da comercialização e da publicidade dos MIPs, aliada à atuação clínica do farmacêutico, possibilita equilibrar o acesso facilitado a esses produtos com a mitigação de riscos à população. Embora a RDC nº 98/2016 estabeleça os critérios para sua disponibilização no mercado, cabe ao farmacêutico assegurar que o paciente compreenda as indicações, limitações terapêuticas e possíveis efeitos adversos. Estratégias que envolvam capacitação profissional contínua e fortalecimento das práticas de cuidado farmacêutico são apontadas como essenciais para consolidar o uso racional desses medicamentos (AMORIM FILHO *et al.*, 2022).

Portanto, os MIPs configuram alternativa terapêutica relevante no manejo de enfermidades leves, desde que utilizados de forma consciente e acompanhados por orientação qualificada. O farmacêutico exerce função indispensável nesse processo, atuando não apenas como dispensador, mas como agente promotor da saúde, responsável por prevenir riscos, orientar condutas seguras e contribuir para a racionalização do uso de medicamentos na comunidade (CARDOSO *et al.*, 2022).

2.2 AUTOMEDICAÇÃO

A automedicação caracteriza-se pelo uso de medicamentos por iniciativa própria, sem avaliação ou prescrição de profissional habilitado, com o intuito de aliviar sintomas percebidos como leves ou autolimitados. Embora muitas vezes associada à autonomia e ao autocuidado, essa prática pode acarretar riscos relevantes quando não há orientação adequada, especialmente no que se refere ao atraso no diagnóstico e à progressão silenciosa de doenças (MIRANDA FILHO *et al.*, 2021). Em muitos casos, sinais iniciais de enfermidades mais graves são mascarados pelo uso repetido de analgésicos ou antitérmicos, retardando a busca por atendimento médico e dificultando intervenções precoces.

Além disso, a prática da automedicação pode levar o indivíduo a acreditar que possui controle sobre sua própria condição de saúde. Muitas vezes, a diminuição temporária dos sintomas é interpretada como sinal de melhora, quando, na realidade, a origem do problema permanece sem tratamento adequado. Como consequência, a pessoa tende a recorrer ao medicamento repetidamente, sem a devida orientação. Quando esse comportamento se mantém ao longo do tempo, aumenta a probabilidade de surgirem efeitos adversos acumulativos e de ocorrer o agravamento de problemas de saúde já existentes.

No contexto brasileiro, os Medicamentos Isentos de Prescrição figuram como protagonistas na prática da automedicação. Analgésicos, antitérmicos, anti-inflamatórios e antigripais são amplamente consumidos, sobretudo para o manejo de cefaleias, quadros gripais e dores musculares. Entretanto, o uso incorreto desses fármacos pode resultar em hepatotoxicidade, complicações gastrointestinais, alterações hematológicas e interações medicamentosas potencialmente graves (ALCANTARA; ANDRADE, 2022). O consumo repetitivo desses medicamentos, muitas vezes acima da dose recomendada ou por períodos prolongados, aumenta significativamente o risco de danos à saúde.

Estudos recentes indicam que as reações adversas associadas ao uso indiscriminado de medicamentos representam importante desafio para a saúde pública, contribuindo para aumento de atendimentos de urgência e internações hospitalares. Ainda que a automedicação seja vista como estratégia prática para resolução imediata de sintomas, o uso de qualquer medicamento deve considerar avaliação individualizada, incluindo condições clínicas pré-existentes, uso

concomitante de outros fármacos e tempo adequado de tratamento (CARDOSO *et al.*, 2022). A ausência dessa avaliação amplia a probabilidade de erros de dosagem, duplicidade terapêutica e agravamento de quadros clínicos.

Diversos fatores contribuem para a consolidação da automedicação como prática cotidiana. A dificuldade de acesso aos serviços de saúde, o tempo de espera para atendimento, o custo de consultas e a influência de campanhas publicitárias são elementos frequentemente associados a essa conduta. Além disso, a percepção de que medicamentos isentos de prescrição são totalmente seguros reforça o consumo sem orientação técnica (MEIRELLES, 2021). A ampla disponibilidade desses produtos nas farmácias e a facilidade de aquisição também favorecem seu uso recorrente.

Aspectos socioculturais exercem influência significativa nesse comportamento. Recomendações informais de familiares e amigos, experiências prévias consideradas positivas e a reutilização de prescrições antigas favorecem decisões terapêuticas sem respaldo técnico. Muitas vezes, práticas culturais de cuidado doméstico são reproduzidas sem avaliação crítica dos riscos envolvidos. Evidências recentes demonstram que níveis mais baixos de escolaridade e menor acesso à informação qualificada em saúde estão associados a maior frequência de automedicação (GUIMARÃES *et al.*, 2021).

Questões econômicas igualmente impactam essa prática. Parte da população recorre aos MIPs como alternativa frente às limitações estruturais do sistema de saúde, buscando alívio rápido para sintomas considerados simples. Contudo, complicações decorrentes do uso inadequado podem gerar custos adicionais ao indivíduo e ao sistema público, contrariando a ideia de economia inicialmente associada à automedicação (SANTOS *et al.*, 2022). Assim, o que inicialmente parece solução prática pode transformar-se em problema de maior complexidade e impacto coletivo.

2.2.1 Riscos Associados à Automedicação

Embora os Medicamentos Isentos de Prescrição possuam regulamentação específica e perfil de segurança considerado aceitável quando utilizados conforme orientação, seu uso inadequado pode gerar consequências clínicas relevantes (GONZALEZ *et al.*, 2022).

Outro risco significativo está relacionado ao mascaramento de sintomas. Ao suprimir sinais como dor persistente, febre recorrente ou desconfortos gastrointestinais, o indivíduo pode retardar a busca por diagnóstico adequado, permitindo a progressão de doenças que exigiriam intervenção médica precoce. Essa conduta compromete a efetividade terapêutica e pode resultar em maior complexidade no tratamento posterior (MIRANDA FILHO *et al.*, 2021;).

Erros de dosagem também constituem problema recorrente, especialmente entre populações vulneráveis, como crianças e idosos. A administração incorreta de antitérmicos, analgésicos ou anti-inflamatórios, muitas vezes baseada em interpretações inadequadas da bula, pode levar tanto à toxicidade quanto ao subtratamento. Estudos recentes reforçam que a ausência de orientação farmacêutica contribui diretamente para esse cenário (FERREIRA *et al.*, 2021).

Além dos impactos individuais, a automedicação repercute no sistema de saúde. Complicações decorrentes do uso irracional de medicamentos aumentam a demanda por atendimentos emergenciais e internações, gerando custos adicionais e sobrecarga assistencial. Tal contexto evidencia a necessidade de estratégias preventivas voltadas ao uso racional de medicamentos e ao fortalecimento da atuação farmacêutica (SANTOS *et al.*, 2022).

2.2.2 Fatores que Contribuem Para a Automedicação

A prática da automedicação está relacionada a diversos fatores de natureza social, econômica e cultural. Entre eles, destacam-se as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e as limitações financeiras enfrentadas por parte da população, que muitas vezes tornam a consulta médica menos acessível. Diante desse cenário, muitas pessoas acabam recorrendo diretamente às farmácias comunitárias em busca de soluções rápidas para aliviar seus sintomas, utilizando medicamentos por conta própria como uma alternativa imediata (MARINHO; MEIRELLES, 2021).

A influência da mídia e das campanhas publicitárias também desempenha papel relevante, ao reforçar a ideia de resolução rápida de sintomas e minimizar potenciais riscos associados ao uso de medicamentos. Essa construção simbólica contribui para a naturalização do consumo de MIPs como prática cotidiana e inofensiva (SOUZA *et al.*, 2021).

Outro elemento determinante refere-se ao nível de escolaridade e ao acesso à informação qualificada em saúde. Evidências apontam que indivíduos com menor compreensão sobre farmacoterapia tendem a recorrer com maior frequência à automedicação, baseando-se em recomendações informais ou experiências anteriores consideradas eficazes (GUIMARÃES *et al.*, 2021).

A reutilização de prescrições antigas e a familiaridade com determinados sintomas também favorecem a prática. A percepção de que um medicamento utilizado anteriormente produzirá o mesmo efeito em situações distintas desconsidera variáveis clínicas importantes, como mudanças no estado de saúde, interações medicamentosas e evolução da condição clínica (CARDOSO *et al.*, 2022).

Diante desse panorama, torna-se evidente que a automedicação não é fenômeno isolado, mas reflexo de fragilidades estruturais do sistema de saúde e lacunas informacionais. O enfrentamento dessa prática exige estratégias educativas, fortalecimento das políticas de uso racional de medicamentos e valorização do farmacêutico como profissional acessível e capacitado para orientar a população (SANTOS *et al.*, 2022).

2.3 FARMÁCIA CLÍNICA

A Farmácia Clínica (FC) teve sua origem nos hospitais dos Estados Unidos na década de 1960, em um contexto de crescente complexidade terapêutica e necessidade de maior controle sobre o uso de medicamentos. Com o avanço da prática profissional, passou a integrar a filosofia do *Pharmaceutical Care*, expandindo-se progressivamente para todos os níveis de atenção à saúde. Esse movimento ocorreu em resposta às transformações demográficas e epidemiológicas observadas nas últimas décadas, especialmente ao aumento das doenças crônicas não transmissíveis e à maior longevidade da população, que passaram a exigir acompanhamento farmacoterapêutico mais sistematizado e centrado no paciente (GUIMARÃES; PACHECO; MORAIS, 2021).

A Farmácia Clínica caracteriza-se como área da prática farmacêutica voltada ao cuidado direto ao paciente, com enfoque na promoção, proteção e recuperação da saúde. Suas intervenções buscam otimizar a farmacoterapia, prevenir problemas relacionados a medicamentos e assegurar resultados clínicos positivos. Nesse sentido, o farmacêutico clínico atua de forma integrada à equipe multiprofissional,

contribuindo para decisões terapêuticas mais seguras e individualizadas (CARDOSO *et al.*, 2022).

A consolidação dessa área está diretamente relacionada às transformações observadas no perfil epidemiológico da população ao longo dos anos. O crescimento dos casos de hipertensão, diabetes, dislipidemias e outras doenças crônicas passou a exigir um acompanhamento mais contínuo dos tratamentos, bem como profissionais preparados para avaliar a adesão terapêutica e reconhecer precocemente possíveis reações adversas. Nesse contexto, o farmacêutico ampliou sua atuação, assumindo uma participação mais ativa no cuidado ao paciente. Com isso, passou a desenvolver competências clínicas voltadas à avaliação da farmacoterapia, à comunicação com os usuários dos serviços de saúde e à tomada de decisões fundamentadas em evidências científicas (ALCANTARA; ANDRADE, 2022).

A inserção da Farmácia Clínica na Atenção Primária à Saúde (APS) tem sido amplamente reconhecida como estratégia eficaz para fortalecimento do cuidado contínuo e preventivo. A atuação do farmacêutico nesse nível de atenção contribui para o acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, revisão periódica de esquemas terapêuticos e identificação de fatores de risco associados ao uso inadequado de medicamentos. Evidências recentes apontam que intervenções farmacêuticas sistematizadas reduzem complicações clínicas e hospitalizações evitáveis (SANTOS *et al.*, 2022).

A prática clínica do farmacêutico envolve a análise crítica das prescrições, identificação de possíveis interações medicamentosas, avaliação de duplicidades terapêuticas e ajuste de doses quando necessário. Além disso, o acompanhamento da adesão ao tratamento permite detectar dificuldades enfrentadas pelo paciente, sejam elas relacionadas a efeitos adversos, barreiras financeiras ou falta de compreensão das orientações recebidas. Essa abordagem amplia a segurança do paciente e fortalece o uso racional de medicamentos (FERREIRA *et al.*, 2021).

O monitoramento contínuo da farmacoterapia também desempenha papel fundamental na prevenção de eventos adversos e na melhoria dos resultados terapêuticos. Ao estabelecer vínculo com o paciente, o farmacêutico cria ambiente favorável ao esclarecimento de dúvidas e à construção de estratégias que favoreçam maior adesão e autonomia responsável. Assim, sua atuação ultrapassa a lógica tradicional de dispensação e consolida-se como prática clínica centrada no cuidado integral (MARINHO; MEIRELLES, 2021).

Diante desse cenário, o farmacêutico clínico assume responsabilidade direta na identificação, prevenção e resolução de Problemas Relacionados a Medicamentos (PRMs). A realização de intervenções farmacêuticas fundamentadas em protocolos e evidências científicas contribui para redução da morbimortalidade associada ao uso inadequado de medicamentos, reforçando a importância desse profissional na promoção da segurança do paciente (ALCANTARA; ANDRADE, 2022).

Nas farmácias comunitárias, os serviços clínicos ampliam ainda mais o alcance da Farmácia Clínica. Por meio de atendimentos individualizados, o farmacêutico consegue identificar necessidades específicas, elaborar planos de cuidado e acompanhar a evolução clínica dos pacientes. Estudos recentes demonstram que essa atuação impacta positivamente no controle de condições crônicas e na prevenção de complicações relacionadas à farmacoterapia, consolidando o farmacêutico como agente essencial na rede de atenção à saúde (AMORIM FILHO *et al.*, 2022).

2.4 IMPORTÂNCIA PROFISSIONAL DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DOS MIPS

O farmacêutico exerce papel estratégico na dispensação de Medicamentos Isentos de Prescrição, uma vez que o acesso facilitado a esses fármacos não elimina os riscos inerentes ao seu uso. Mesmo classificados como seguros quando utilizados corretamente, os MIPS podem ocasionar reações adversas, intoxicações e interações medicamentosas quando administrados sem avaliação adequada do perfil clínico do paciente, especialmente em populações vulneráveis, como idosos, gestantes e pacientes com doenças crônicas (FERREIRA *et al.*, 2021). Dessa forma, a presença do farmacêutico no momento da dispensação representa importante mecanismo de proteção à saúde pública.

A dispensação responsável envolve uma abordagem cuidadosa por parte do farmacêutico, que inclui a investigação dos sintomas relatados pelo paciente, a análise do histórico de uso de medicamentos e a identificação de possíveis fatores de risco. Entre esses fatores podem estar a presença de doenças crônicas, histórico de alergias, utilização simultânea de medicamentos de uso contínuo ou até o consumo de suplementos sem orientação profissional. A partir dessa avaliação, o farmacêutico consegue reconhecer situações que podem levar ao surgimento de Problemas

Relacionados a Medicamentos (PRMs), como duplicidade terapêutica, uso de doses inadequadas ou erros na posologia. Dessa forma, torna-se possível adotar medidas preventivas e orientar o paciente sobre alternativas mais seguras de tratamento (CARDOSO *et al.*, 2022). Além disso, essa avaliação contribui para identificar sinais que indicam a necessidade de encaminhamento para atendimento médico.

Para além do aspecto clínico, a atuação do farmacêutico também possui um importante caráter educativo e social. A orientação prestada durante a dispensação ajuda a evitar o uso indiscriminado de medicamentos como analgésicos, anti-inflamatórios e antigripais, estimulando maior conscientização sobre os limites terapêuticos, o tempo adequado de tratamento e os riscos associados ao uso prolongado ou em doses superiores às recomendadas (MARINHO; MEIRELLES, 2021). Nesse sentido, as ações de educação em saúde desenvolvidas pelo farmacêutico contribuem para que o paciente tenha maior autonomia no cuidado com a própria saúde, porém sempre dentro de práticas seguras e responsáveis.

Estudos recentes evidenciam que a intervenção farmacêutica no momento da aquisição de MIPs reduz significativamente práticas de automedicação inadequada, melhora a adesão às orientações e amplia o conhecimento do paciente acerca dos riscos associados ao uso indiscriminado desses medicamentos (AMORIM FILHO *et al.*, 2022). A orientação profissional também contribui para desmistificar a percepção de que medicamentos isentos de prescrição são totalmente inofensivos, reforçando a necessidade de uso racional.

Nas farmácias comunitárias, o farmacêutico atua como profissional de fácil acesso à população, o que o coloca em posição privilegiada para identificar padrões de consumo repetitivo ou abusivo de determinados medicamentos, como analgésicos e descongestionantes nasais. Essa proximidade com o usuário permite intervenções precoces, acompanhamento informal da farmacoterapia e orientação para busca de avaliação médica quando os sintomas persistem ou se agravam (SANTOS *et al.*, 2022). Dessa forma, a farmácia deixa de ser apenas estabelecimento comercial e passa a integrar efetivamente a rede de atenção à saúde.

A responsabilidade técnica atribuída ao farmacêutico pelas normativas do Conselho Federal de Farmácia reforça seu papel na promoção do uso racional de medicamentos e na garantia da segurança do paciente. Assim, a dispensação de MIPs deve ser compreendida como ato clínico, fundamentado em conhecimento técnico-científico, julgamento profissional e postura ética, e não meramente como ato

comercial. Esse entendimento fortalece a valorização da profissão e contribui para a consolidação da assistência farmacêutica como componente essencial do cuidado em saúde (GUIMARÃES; PACHECO; MORAIS, 2021).

2.5 PRINCIPAIS INTERAÇÕES COM MIPS

A interação medicamentosa ocorre quando a ação de um medicamento é modificada pela presença de outra substância utilizada ao mesmo tempo ou anteriormente, como outros fármacos, alimentos, fitoterápicos ou compostos químicos. Essa interferência pode alterar o efeito esperado do tratamento, tornando-o mais intenso, reduzindo sua eficácia ou modificando sua resposta terapêutica, o que pode comprometer tanto a segurança quanto o resultado do uso do medicamento (FERNANDES; SILVA; MARQUEZ, 2021). Em determinadas situações, essas interações podem levar à diminuição da efetividade do tratamento; em outras, podem provocar efeitos tóxicos relevantes, aumentando a probabilidade de complicações clínicas e até de hospitalizações.

Em idosos, esse fenômeno assume maior relevância clínica. Diversos fatores contribuem para o aumento do risco de interações e reações adversas nessa população, como alterações farmacocinéticas e farmacodinâmicas relacionadas ao envelhecimento, incluindo redução da função renal e hepática, alterações na composição corporal e maior sensibilidade a determinados fármacos. Soma-se a isso o estado nutricional, a presença de comorbidades e, principalmente, a polifarmácia decorrente do tratamento simultâneo de múltiplas doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares (ARAÚJO *et al.*, 2022). Esse cenário favorece a ocorrência de interações complexas, muitas vezes subestimadas na prática cotidiana.

As interações medicamentosas podem ser compreendidas de acordo com os mecanismos pelos quais ocorrem. As interações farmacocinéticas acontecem quando um medicamento interfere nas etapas de absorção, distribuição, metabolismo ou eliminação de outro fármaco, modificando sua concentração no organismo e, consequentemente, seu efeito terapêutico. Já as interações farmacodinâmicas estão relacionadas à ação direta no local onde o medicamento exerce seu efeito, podendo resultar tanto na intensificação da resposta farmacológica (sinergismo) quanto na redução ou bloqueio desse efeito (antagonismo) (FERREIRA *et al.*, 2021).

Além dessas, também podem ser observadas as chamadas interações terapêuticas, que se manifestam no resultado clínico final do tratamento, bem como as interações de natureza físico-química. Estas últimas estão associadas a incompatibilidades entre substâncias que podem comprometer a estabilidade, a integridade ou a eficácia do medicamento antes mesmo de sua administração (FERREIRA *et al.*, 2021). Compreender essas diferentes formas de interação é fundamental para uma tomada de decisão clínica mais segura e para a prevenção de problemas relacionados ao uso de medicamentos.

No contexto dos MIPs, essas interações tornam-se particularmente relevantes devido ao uso frequente e, muitas vezes, associado a medicamentos de uso contínuo prescritos para condições crônicas. Analgésicos e anti-inflamatórios não esteroidais, por exemplo, podem interferir na ação de anti-hipertensivos, reduzir a eficácia de diuréticos ou aumentar o risco de sangramento quando utilizados concomitantemente com anticoagulantes. Antiácidos podem alterar a absorção de outros fármacos, enquanto descongestionantes nasais podem elevar a pressão arterial em pacientes hipertensos (AMORIM FILHO *et al.*, 2022). Esses exemplos demonstram que, mesmo sendo isentos de prescrição, tais medicamentos não estão isentos de riscos.

Além disso, o consumo simultâneo de suplementos vitamínicos, fitoterápicos e outros produtos de origem natural pode tornar o cenário das interações ainda mais complexo. Esses produtos, muitas vezes adquiridos sem orientação profissional, costumam ser utilizados paralelamente aos medicamentos convencionais. No entanto, é comum que os pacientes não os reconheçam como parte do tratamento medicamentoso e, por isso, deixem de mencioná-los durante consultas ou mesmo no momento da dispensação na farmácia. A ausência dessas informações dificulta a avaliação completa do uso de substâncias pelo paciente e pode atrasar a identificação de possíveis riscos relacionados às interações.

Dessa forma, a identificação e prevenção de interações durante a dispensação de MIPs constituem atribuição fundamental do farmacêutico. A análise detalhada do histórico farmacoterapêutico do paciente, incluindo medicamentos de uso contínuo, suplementos e hábitos alimentares, permite antecipar riscos, promover ajustes necessários, orientar quanto à posologia adequada e, quando necessário, realizar encaminhamento ao médico. Essa atuação fortalece a segurança do paciente e contribui para a consolidação do uso racional de medicamentos (GUIMARÃES; PACHECO; MORAIS, 2021; SANTOS *et al.*, 2022).

Assim, o monitoramento de possíveis interações não devem ser entendidos como etapa secundária da dispensação, mas como componente essencial do cuidado farmacêutico, especialmente em populações vulneráveis e em contextos de automedicação.

2.6 REGULAMENTAÇÃO DA ANVISA

No âmbito do ordenamento sanitário brasileiro, a disciplina dos medicamentos isentos de prescrição (MIPs) encontra-se atualmente sistematizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente por meio da Resolução da Diretoria Colegiada nº 882, de 14 de junho de 2024. Referida norma estabelece os critérios e procedimentos para o enquadramento e reenquadramento de medicamentos, orientando-se por parâmetros técnico-científicos voltados à garantia da segurança sanitária e ao uso racional de medicamentos (BRASIL, 2024).

A resolução parte da premissa de que a dispensa de medicamentos sem prescrição médica somente é admissível quando evidenciado um perfil de segurança compatível com o uso autônomo pelo paciente. Nesse sentido, a norma dispõe:

O enquadramento como medicamento isento de prescrição deve considerar, entre outros aspectos, o perfil de segurança conhecido, o baixo potencial de toxicidade, a indicação para o tratamento de condições de baixa gravidade e de fácil reconhecimento, bem como a possibilidade de uso por curto período, sem necessidade de acompanhamento por profissional de saúde (BRASIL, 2024). Texto digital.

A partir dessa diretriz, percebe-se que o enquadramento como MIP não decorre de mera conveniência comercial, mas de uma análise regulatória rigorosa, baseada em evidências técnico-científicas que assegurem a utilização segura do medicamento pelo próprio usuário. Trata-se, portanto, de um modelo que condiciona o acesso ampliado à manutenção de níveis aceitáveis de risco sanitário (BRASIL, 2024).

Além disso, a RDC nº 882/2024 introduz importante previsão acerca da dinamicidade da classificação regulatória dos medicamentos, ao admitir o seu reenquadramento conforme a evolução do conhecimento científico e dos dados de farmacovigilância:

O reenquadramento de medicamentos poderá ocorrer a qualquer tempo, tanto para a condição de isento de prescrição quanto para a de medicamento

sujeito à prescrição, mediante avaliação técnico-científica que demonstre alteração no perfil de segurança, eficácia ou uso (BRASIL, 2024). Texto digital.

Tal previsão reforça o caráter preventivo da atuação da vigilância sanitária, permitindo que a classificação dos medicamentos acompanhe as evidências acumuladas ao longo de sua utilização no mercado.

Em complemento à RDC nº 882/2024, destaca-se a Instrução Normativa nº 285, de 7 de março de 2024, que institui a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição (LMIP), conferindo concretude aos critérios estabelecidos pela resolução (BRASIL, 2024). A norma estabelece, de forma expressa: Fica instituída a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição (LMIP), a qual define os medicamentos e substâncias autorizados para dispensação sem prescrição médica, observados os critérios estabelecidos pela Anvisa (BRASIL, 2024).

Desse modo, enquanto a RDC nº 882/2024 fixa os parâmetros gerais de enquadramento, a IN nº 285/2024 operacionaliza tais critérios, indicando de maneira objetiva quais substâncias e medicamentos podem ser disponibilizados ao consumidor sem a exigência de receita médica (BRASIL, 2024a).

Cumpre ressaltar, ainda, que a RDC nº 882/2024 não disciplina aspectos relacionados à propaganda e publicidade de medicamentos, os quais permanecem regulados por norma específica, notadamente a RDC nº 96/2008. Assim, não se deve confundir a disciplina do enquadramento sanitário dos medicamentos com as regras atinentes à sua promoção comercial, uma vez que se trata de esferas normativas distintas (BRASIL, 2024).

Diante desse cenário, observa-se que o atual arcabouço regulatório brasileiro busca estabelecer um equilíbrio entre a ampliação do acesso a medicamentos destinados ao tratamento de condições autolimitadas e a preservação da segurança sanitária. A atuação normativa da ANVISA, por meio da RDC nº 882/2024 e da IN nº 285/2024, evidencia a adoção de critérios técnicos rigorosos, compatíveis com a proteção da saúde pública e com os princípios do uso racional de medicamentos (BRASIL, 2024).

2.7 DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPS)

A atuação do farmacêutico na dispensação de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) é permeada por desafios que impactam diretamente a qualidade da assistência prestada e a segurança do paciente. Embora esses medicamentos sejam regulamentados pela ANVISA e considerados seguros quando utilizados conforme indicação, fatores estruturais, culturais e organizacionais podem limitar a efetividade da orientação profissional. A elevada prevalência da automedicação, especialmente entre idosos, evidencia a dificuldade de consolidação do uso racional em contextos marcados por desinformação, múltiplas comorbidades e acesso desigual aos serviços de saúde (ARAÚJO *et al.*, 2022).

Além disso, o envelhecimento da população e o uso simultâneo de múltiplos medicamentos tornam o processo de dispensação mais complexo. Esse cenário exige do farmacêutico maior cuidado na identificação de possíveis interações medicamentosas e na avaliação de riscos mais frequentes nessa faixa etária. Muitas vezes, porém, a falta de uma conversa mais detalhada no momento da aquisição do medicamento dificulta a obtenção de informações importantes sobre o histórico de saúde e o uso de outros fármacos, o que pode comprometer a qualidade da orientação oferecida ao paciente.

Um dos principais entraves refere-se à pressão comercial presente em farmácias comunitárias. Pesquisas recentes apontam que farmacêuticos frequentemente enfrentam conflitos entre metas de vendas e a necessidade de oferecer atendimento técnico qualificado, o que pode comprometer a autonomia profissional e a tomada de decisão clínica (COSTA; MENDES; SERRA, 2023). Esse cenário pode favorecer uma prática mais centrada na comercialização do produto do que na avaliação criteriosa das necessidades do paciente.

Esse cenário torna-se ainda mais preocupante diante do aumento do consumo de analgésicos e anti-inflamatórios no país, conforme apontam relatórios sanitários recentes (ANVISA, 2021). A ampliação do uso desses medicamentos, frequentemente associada à prática da automedicação, evidencia a necessidade de maior atenção no momento da dispensação. Nesse contexto, intervenções educativas e orientações clínicas por parte do farmacêutico tornam-se fundamentais para prevenir problemas relacionados ao uso inadequado, como sangramentos, lesões hepáticas e agravamento de condições de saúde já existentes.

Outro desafio relevante está na baixa adesão dos pacientes às orientações fornecidas pelo farmacêutico. Muitos usuários ainda não reconhecem a farmácia como

espaço de cuidado em saúde, restringindo o diálogo profissional e priorizando recomendações informais ou experiências pessoais (JALAL; JALAL, 2024). Essa percepção limita a efetividade da intervenção farmacêutica e reduz as oportunidades de prevenção de riscos.

Aspectos culturais e níveis reduzidos de literacia em saúde também contribuem para a percepção equivocada de que medicamentos isentos de prescrição são totalmente inofensivos. Essa crença favorece práticas inadequadas, como superdosagem, uso prolongado e combinação indiscriminada de fármacos, aumentando o risco de hepatotoxicidade, reações adversas e interações medicamentosas potencialmente graves (CHIDIAC *et al.*, 2024).

A ausência de protocolos padronizados de dispensação representa outro obstáculo significativo. Embora políticas nacionais reforcem a importância de práticas estruturadas para promoção do uso racional de medicamentos (BRASIL, 2021), muitos serviços farmacêuticos ainda carecem de instrumentos formais que orientem a anamnese, a identificação de sinais de alerta e o encaminhamento adequado de pacientes pertencentes a grupos vulneráveis, como crianças, idosos e gestantes (COSTA; MENDES; SERRA, 2023). A inexistência de fluxos organizados pode tornar a conduta dependente exclusivamente da experiência individual do profissional.

Somam-se a esses fatores as barreiras estruturais enfrentadas no cotidiano profissional, como ausência de espaço privativo para atendimento, sobrecarga administrativa e alta demanda de usuários, que reduzem o tempo disponível para uma orientação clínica mais aprofundada (KULIKOVA; LAVRENTEVA; SOCOLOVA, 2024). A limitação de recursos humanos e materiais também impacta negativamente a qualidade da assistência.

Em regiões periféricas ou rurais, desafios socioeconômicos e desigualdades no acesso à informação agravam ainda mais as limitações da atuação farmacêutica (MUTMAINNAH; ADAWIYAH, 2025). Nessas localidades, a farmácia muitas vezes representa o único ponto de contato da população com o sistema de saúde, o que aumenta a responsabilidade do profissional e evidencia a necessidade de suporte institucional adequado.

Nesse sentido, os desafios relacionados à dispensação de medicamentos isentos de prescrição envolvem diferentes aspectos, que vão desde questões estruturais e organizacionais até fatores culturais e econômicos. Para que o farmacêutico exerça plenamente seu papel clínico, torna-se necessário investir em

qualificação profissional contínua, estabelecer condutas mais padronizadas, aprimorar as condições de trabalho e ampliar iniciativas voltadas à educação em saúde. A adoção dessas medidas contribui para fortalecer a farmácia como um espaço de cuidado em saúde, favorecendo o uso racional de medicamentos e colaborando tanto para a segurança do paciente quanto para a sustentabilidade do sistema de saúde.

2.8 ESTRATÉGIAS PARA APERFEIÇOAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPS)

Diante dos desafios observados na dispensação de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), torna-se necessário adotar estratégias capazes de fortalecer a assistência farmacêutica e estimular o uso racional desses medicamentos. Entre as ações mais relevantes está a implementação de protocolos de dispensação bem definidos, baseados em diretrizes nacionais, que auxiliem o farmacêutico durante o atendimento. Esses instrumentos podem orientar a realização de uma anamnese breve, favorecer a identificação de sinais de alerta e apoiar uma tomada de decisão clínica mais segura. De acordo com o Ministério da Saúde, a utilização de ferramentas estruturadas contribui para organizar a prática profissional e para tornar o cuidado prestado mais padronizado e consistente.

A educação continuada constitui outra estratégia indispensável para o aprimoramento da assistência. O crescimento do mercado de MIPs, associado à constante inovação farmacêutica e à diversidade de apresentações comerciais, exige atualização permanente dos profissionais (FERNANDES; SILVA; MARQUEZ, 2021). Estudos recentes evidenciam que lacunas no conhecimento técnico podem impactar a qualidade da dispensação, especialmente no que se refere à diferenciação entre categorias de medicamentos e à avaliação de riscos clínicos (ADITYA *et al.*, 2020).

A adoção de serviços farmacêuticos organizados, que incluam o registro sistemático das orientações prestadas, o acompanhamento da farmacoterapia e a documentação das intervenções realizadas, também representa um avanço importante para a segurança no uso de MIPs.

Essas práticas permitem um acompanhamento mais cuidadoso do paciente e favorecem a continuidade do cuidado dentro da farmácia comunitária. Estudos indicam que a incorporação de atividades clínicas nesse ambiente contribui para a

redução de riscos associados ao uso inadequado de medicamentos, além de fortalecer a relação de confiança entre o farmacêutico e o paciente (MIRANDA FILHO *et al.*, 2021). De maneira semelhante, pesquisas apontam que o monitoramento contínuo aliado à padronização das orientações fornecidas durante a dispensação pode minimizar os efeitos negativos da automedicação e promover um uso mais seguro dos medicamentos (MOTA; SANTOS; SOUSA, 2024).

Estratégias de educação em saúde voltadas à população também são fundamentais para desconstruir a percepção equivocada de que medicamentos isentos de prescrição são completamente inofensivos. Campanhas educativas, materiais informativos e orientações verbais contribuem para ampliar o entendimento sobre riscos como hepatotoxicidade associada ao uso inadequado de analgésicos e potenciais interações medicamentosas em grupos vulneráveis (XIMENES; PEREIRA; REIS, 2024).

A integração do farmacêutico com outros níveis de atenção à saúde, especialmente a Atenção Primária, representa estratégia relevante para assegurar continuidade do cuidado. Essa articulação favorece encaminhamentos oportunos, compartilhamento de informações clínicas e atuação multiprofissional, especialmente em situações que exigem avaliação médica complementar (MOREIRA *et al.*, 2020).

Além disso, a incorporação de tecnologias digitais e sistemas informatizados pode otimizar o processo de dispensação. Ferramentas de apoio à decisão clínica, bancos de dados sobre interações medicamentosas e plataformas de farmacovigilância contribuem para condutas mais seguras e fundamentadas em evidências científicas (ANVISA, 2021).

Dessa forma, a combinação de diferentes estratégias, como a utilização de protocolos clínicos, a capacitação profissional contínua, a organização de serviços farmacêuticos estruturados, o desenvolvimento de ações educativas e a integração com o sistema de saúde, contribui para fortalecer a atuação do farmacêutico na dispensação de MIPs. A adoção conjunta dessas medidas favorece a consolidação da farmácia como um espaço efetivo de cuidado em saúde, além de ajudar a reduzir os riscos relacionados à automedicação e promover maior proteção à saúde da população.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOS DE PESQUISAS UTILIZADAS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com abordagem qualitativa, centrado no uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) e na atuação do farmacêutico.

A pesquisa bibliográfica baseia-se na busca, seleção e análise de produções já publicadas relacionadas ao tema estudado, possibilitando reunir e interpretar diferentes contribuições científicas sobre assuntos como automedicação, uso racional de medicamentos isentos de prescrição e práticas farmacêuticas. Esse tipo de investigação utiliza principalmente fontes secundárias, entre elas livros, artigos científicos, dissertações e outros documentos acadêmicos, que permitem ao pesquisador compreender o estado atual do conhecimento sobre o tema. Por essa razão, a pesquisa bibliográfica é amplamente reconhecida como uma etapa fundamental para a construção de uma base teórica consistente e atualizada em estudos científicos (MARCONI; LAKATOS, 2021).

Dentro da classificação das pesquisas científicas, o presente trabalho adota também a pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo, tornando-o mais claro e possibilitando sua formulação de maneira mais precisa para futuras análises e comparações (LÖSCH; RAMBO; FERREIRA, 2023).

A abordagem adotada é qualitativa, foram utilizados oito artigos científicos para a estruturação dos resultados e discussão, ademais, o foco não está na quantificação dos dados, mas sim na compreensão aprofundada das relações, significados e percepções associadas ao uso de MIPs e ao papel do farmacêutico no contexto da saúde pública. A pesquisa qualitativa permite interpretar social e culturalmente os dados teóricos obtidos, valorizando a complexidade dos fenômenos analisados e possibilitando a produção de insights sistemáticos e contextualizados (MARCONI; LAKATOS, 2021).

A coleta de dados foi realizada por meio de uma revisão de literatura, com a identificação e análise de estudos científicos relacionados ao tema disponíveis em bases acadêmicas como PubMed, BVS Saúde, SciELO e Google Acadêmico. Para a busca das publicações, foram utilizados descritores associados ao tema, entre eles

automedicação com medicamentos isentos de prescrição, uso racional de MIPs e atuação do farmacêutico. A seleção dos trabalhos considerou critérios como relevância para o tema, atualidade das publicações, abrangendo o período de 2020 a 2025, e consistência metodológica, de modo a assegurar que as fontes utilizadas apresentassem qualidade científica e pertinência para a discussão proposta.

A etapa de análise ocorreu a partir da organização e interpretação do conteúdo identificado na literatura. Os estudos selecionados foram agrupados em categorias temáticas, o que possibilitou reconhecer padrões, desafios e contribuições apresentados pelos diferentes autores em relação ao uso de MIPs e ao papel do farmacêutico nesse contexto. Essa forma de sistematização permitiu compreender, de maneira mais ampla, os impactos do uso desses medicamentos na saúde pública, bem como as estratégias adotadas pelos profissionais farmacêuticos e as dificuldades encontradas no exercício da prática profissional.

Dessa forma, a metodologia adotada buscou assegurar a profundidade analítica e a rigorosidade necessárias para a produção de um estudo consistente, capaz de contribuir teoricamente para as áreas de Farmácia e Saúde Pública, além de fornecer subsídios críticos sobre práticas profissionais e políticas de saúde.

3.2 ASPECTOS ÉTICOS

Para garantir a observância dos princípios éticos em um estudo de caráter bibliográfico, todos os autores consultados foram devidamente citados no texto e incluídos na lista de referências, em conformidade com a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998), que regulamenta os direitos do autor e seus correlatos. Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) nem de aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para a realização deste estudo, foram definidos critérios de inclusão e exclusão com a finalidade de selecionar materiais que apresentassem relevância, atualidade e respaldo científico. Foram considerados na análise artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos institucionais publicados entre os anos de 2020 e

2025, redigidos em língua portuguesa e que tratassem diretamente de temas relacionados aos Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), à automedicação, ao uso racional de medicamentos e à atuação do farmacêutico. Também foram incluídos trabalhos que abordassem políticas públicas, estratégias de intervenção clínica e ações educativas no âmbito da assistência farmacêutica.

Em contrapartida, foram excluídas publicações que não estavam disponíveis em sua versão completa, que não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa ou que estavam publicadas em outros idiomas sem tradução oficial. Da mesma forma, não foram considerados materiais sem fundamentação científica, como conteúdos provenientes de blogs, sites não institucionais ou textos de caráter opinativo, a fim de preservar a qualidade e a confiabilidade das informações utilizadas na análise.

3.4 COLETA DE DADOS E ANÁLISE

A seleção dos estudos seguiu uma leitura criteriosa dos títulos, resumos e, posteriormente, do texto completo, conforme os critérios de inclusão e exclusão definidos anteriormente. A coleta de dados foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Para isso, foram consultadas bases de dados acadêmicas confiáveis, tais como SciELO, BVS Saúde, PubMed e Google Acadêmico.

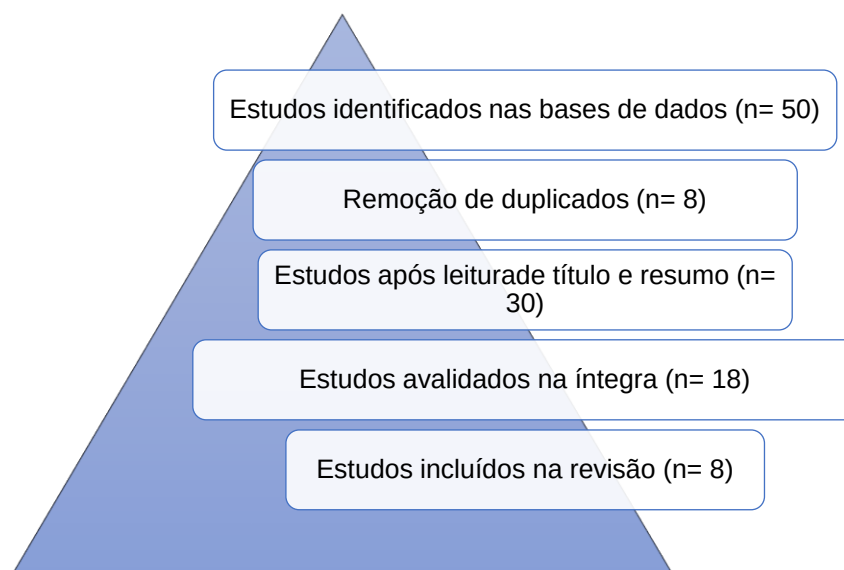


Figura 1 - Fluxograma dos artigos selecionados. Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Utilizaram-se como descritores os termos: “Medicamentos Isentos de Prescrição”, “Automedicação”, “Atenção Farmacêutica”, “Uso Racional de Medicamentos”, “Assistência Farmacêutica”. A análise do conteúdo obtido seguiu uma perspectiva interpretativa, com foco na identificação das principais discussões, estratégias e desafios relacionados à dispensação dos MIPs e à intervenção farmacêutica.

O método de análise de conteúdo possibilitou a organização das informações coletadas em categorias temáticas, favorecendo uma compreensão mais crítica e aprofundada acerca do papel do farmacêutico na promoção do uso seguro e eficaz desses medicamentos. A partir dessa abordagem, os dados provenientes das publicações selecionadas foram interpretados de forma sistemática, permitindo identificar convergências, divergências e contribuições relevantes da literatura científica sobre o tema.

Dessa forma, a análise permitiu construir uma visão integrada sobre as implicações da automedicação com Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), bem como destacar a importância da assistência farmacêutica qualificada nas farmácias comunitárias. Evidenciou-se, assim, o papel fundamental do farmacêutico na orientação da população, na promoção do uso racional de medicamentos e na prevenção de possíveis riscos associados à automedicação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos estudos selecionados, observou-se uma diversidade de abordagens sobre a atuação do farmacêutico na dispensação dos medicamentos isentos de prescrição (MIPs). O levantamento bibliográfico evidenciou que, embora o acesso facilitado a esses fármacos favoreça o autocuidado, ele também reforça a necessidade de acompanhamento profissional contínuo para evitar riscos associados à automedicação. A literatura indica que o farmacêutico exerce papel decisivo não apenas na orientação técnica, mas também na educação em saúde e na promoção do uso racional dos medicamentos, aspectos essenciais para a segurança do paciente e para a efetividade terapêutica (GUIMARÃES; PACHECO; MORAIS, 2021). Desse modo, a análise dos dados obtidos nesta revisão permitiu sintetizar os principais resultados encontrados nos estudos selecionados, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1- Comparativo de Estudos sobre a Atuação do Farmacêutico na Dispensação de Medicamentos Isentos de Prescrição.

Título	Autores , Ano e Base de Dados	Objetivo	Principais resultados
Atenção farmacêutica na automedicação de MIPs	Alcântara; Andrade, 2022. SciELO.	Compreender a importância da orientação profissional do farmacêutico no uso de medicamentos isentos de prescrição de forma racional e segura, além de discutir os riscos da automedicação com MIPs.	Os autores destacam que a automedicação é uma prática prejudicial à saúde e que os MIPs, embora destinados a doenças de baixa gravidade, devem ser usados com cautela e com acompanhamento profissional. O estudo mostra que o farmacêutico exerce papel central na orientação sobre dose, tempo de uso, riscos e benefícios, contribuindo para evitar efeitos adversos e agravamento do quadro clínico. Também conclui que a atenção farmacêutica é essencial para promover farmacoterapia racional e segura.
Cuidados farmacêuticos e os medicamentos isentos de prescrição: revisão integrativa da literatura	Miranda Filho; Andrade Júnior; Montenegro, 2021. Lilacs.	Compreender os impactos do cuidado farmacêutico, por meio dos serviços farmacêuticos na farmácia comunitária, no uso dos MIPs para o manejo de problemas de saúde autolimitados.	O estudo evidenciou que os serviços farmacêuticos reduzem custos para pacientes e sistemas de saúde, diminuem visitas médicas e melhoram a qualidade de vida. Também identificou que a automedicação não orientada é favorecida pela ausência de educação em saúde, acessibilidade aos medicamentos, percepção limitada do papel do farmacêutico e falta de advertências nas embalagens. Além disso, concluiu que a qualidade do aconselhamento farmacêutico depende de fatores como experiência profissional, satisfação com a profissão e conhecimento baseado em evidências.

Título	Autores e Ano	Objetivo	Principais resultados
Mapeamento das evidências de medicamentos isentos de prescrição registrados no Brasil	Laismann; Calado; Barbosa; Lima; Santana 2024. SciELO.	Mapear as evidências dos medicamentos isentos de prescrição registrados no Brasil, realizando análise comparativa segundo o método GRADE.	Os autores avaliaram 188 fármacos registrados na Anvisa, distribuídos em 376 apresentações, e observaram predominância de medicamentos ligados ao trato alimentar e metabolismo, sistema respiratório e sistema nervoso. Verificaram ainda que 61% dos MIPs possuíam evidência de alta ou moderada qualidade, 87% não apresentavam informações para uso na lactação e muitos tinham restrições para gestantes e crianças. O estudo concluiu que, embora vários MIPs tenham suporte científico razoável, ainda existem lacunas relevantes de informação e segurança.
Ação do farmacêutico na dispensação de medicamentos isentos de prescrição (MIPs)	Ola; Baiense, 2023. SciELO.	Compreender a importância da orientação do profissional farmacêutico no uso de medicamentos isentos de prescrição de forma racional e segura.	Os autores apontam que os MIPs são destinados a problemas autolimitados e de baixa gravidade, mas exigem cautela em sua utilização. O estudo mostra que a automedicação com esses medicamentos é influenciada pela facilidade de acesso, pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde e pela influência da mídia. Conclui ainda que o farmacêutico é o profissional mais qualificado para orientar o paciente e prevenir danos decorrentes do uso inadequado.
A atuação do farmacêutico na orientação e impactos do uso indevido de MIPs em farmácias	Mota; Santos; Sousa, 2024. PubMed.	Compreender a atuação do farmacêutico na orientação sobre o uso de medicamentos isentos de prescrição e os impactos do uso inadequado desses medicamentos na saúde pública.	O estudo mostrou que a automedicação é uma prática comum no Brasil, mencionando que 77% da população utiliza medicamentos sem prescrição. Também destacou que, durante a pandemia de COVID-19, houve aumento do uso indiscriminado de MIPs, como ivermectina e hidroxiclóricoquina, o que levou a intoxicações, resistência bacteriana e internações. Os autores concluíram que a orientação farmacêutica e as campanhas educativas contribuem para a redução desses riscos.
A automedicação relacionada aos medicamentos isentos de prescrição (MIPs): uma revisão integrativa	Costa; Mendes; Serra, 2023. SciELO.	Analisar a automedicação relacionada aos medicamentos isentos de prescrição médica (MIPs), com foco nos riscos dessa prática e na importância da orientação farmacêutica.	O estudo identificou que a automedicação com MIPs é frequente e favorecida pela falsa percepção de segurança desses medicamentos. Os autores apontam que os MIPs mais utilizados são anti-inflamatórios, analgésicos e antitérmicos, e que o uso indiscriminado pode causar intoxicação, piora dos sintomas, dependência, diagnóstico inadequado e hipersensibilidade. Também concluem que a orientação farmacêutica é essencial para reduzir os riscos associados à automedicação.

Título	Autores e Ano	Objetivo	Principais resultados
Os riscos da automedicação e a necessidade de orientação farmacêutica no uso de medicamentos isentos de prescrição (MIPs)	Santos; Albuquerque; Guedes, 2022. Bvs Saúde.	Descrever os riscos relacionados à automedicação com medicamentos isentos de prescrição (MIPs) no Brasil.	Os autores verificaram que os MIPs, quando utilizados corretamente, podem compor a automedicação responsável, mas que o uso sem orientação favorece interações medicamentosas, toxicidade, perda do efeito farmacológico, mascaramento de doenças e uso incorreto das doses. O estudo também ressalta que o farmacêutico é o profissional habilitado para promover o uso seguro e racional desses medicamentos.
A importância do farmacêutico na automedicação e ações de educação em saúde para promoção do uso racional de medicamentos	Oliveira, 2021. PubMed.	Compreender a importância do farmacêutico na automedicação e das ações de educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos.	A autora constatou que fatores como busca pela cura imediata, pouco acesso à informação, sistema de saúde precário e excesso de propagandas favorecem o uso indiscriminado de medicamentos. Também destacou a importância do farmacêutico no ato da dispensação e mostrou que estratégias educacionais podem prevenir agravos e promover o uso adequado dos medicamentos.

A análise dos estudos selecionados mostra que a automedicação com medicamentos isentos de prescrição continua sendo uma prática muito presente, principalmente porque esses medicamentos são facilmente encontrados e, muitas vezes, vistos pela população como produtos de baixo risco. No entanto, os artigos analisados deixam claro que essa percepção nem sempre corresponde à realidade. Mesmo sendo indicados para situações de menor gravidade, os MIPs podem causar problemas importantes quando utilizados de forma incorreta, como intoxicações, interações medicamentosas, reações adversas e até o mascaramento de sintomas que exigiriam avaliação médica.

Também se percebe que há repetição de alguns fatores entre os estudos, como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a busca por alívio rápido dos sintomas, a influência de informações informais e a falta de orientação adequada no momento da compra. Em textos como os de Santos, Albuquerque e Guedes (2022) e Costa, Mendes e Serra (2023), fica evidente que a ausência de prescrição acaba levando muitos usuários a interpretar esses medicamentos como totalmente seguros, o que favorece o uso indiscriminado. Já em Mota, Santos e Sousa (2024), o destaque recai sobre os impactos desse comportamento na saúde pública, especialmente quando a automedicação se intensifica em contextos de maior vulnerabilidade.

Outro ponto bastante recorrente nos artigos é a atuação do farmacêutico. Os estudos de Ola e Baiense (2023), Miranda Filho, Andrade Júnior e Montenegro (2021) e Alcântara e Andrade (2022) mostram que esse profissional aparece como peça central na orientação sobre dose, tempo de uso, riscos e necessidade de encaminhamento médico. Em vez de tratar a dispensação como simples entrega do medicamento, os autores discutem esse momento como uma oportunidade de cuidado, esclarecimento e prevenção de danos.

A partir dessa concepção, o que se observa é que os artigos caminham na mesma direção: os MIPs têm utilidade no manejo de problemas autolimitados, mas seu uso não deve ser banalizado. Os resultados encontrados nas pesquisas analisadas apontam que a automedicação com essa classe de medicamentos envolve riscos reais e que a presença do farmacêutico, associada à orientação adequada e à educação em saúde, aparece de forma constante como uma das principais medidas para reduzir esses problemas.

4.1 ANÁLISE DA ATUAÇÃO FARMACÊUTICA, DOS RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E DAS ESTRATÉGIAS PARA O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO

A partir da análise dos estudos selecionados, observa-se que a automedicação com medicamentos isentos de prescrição (MIPs) constitui uma prática recorrente e socialmente naturalizada, especialmente em contextos marcados pela facilidade de acesso a esses produtos e pela busca por soluções rápidas para sintomas cotidianos. Ainda que tais medicamentos sejam indicados para o manejo de condições autolimitadas, a literatura evidencia que sua utilização sem orientação adequada pode resultar em riscos relevantes à saúde. Nesse sentido, os artigos analisados permitem compreender não apenas os perigos associados ao uso indiscriminado desses medicamentos, mas também a importância da atuação farmacêutica e das estratégias voltadas ao uso racional, compondo um panorama amplo e coerente sobre o tema.

De acordo com Santos, Albuquerque e Guedes (2022), os medicamentos isentos de prescrição, quando utilizados corretamente, podem integrar a chamada automedicação responsável; contudo, o uso sem orientação profissional favorece a ocorrência de interações medicamentosas, toxicidade, perda de efeito terapêutico e mascaramento de doenças em desenvolvimento. Os autores destacam, ainda, que a

facilidade de acesso a esses medicamentos contribui diretamente para sua utilização inadequada, sobretudo quando associada à prática do autodiagnóstico.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a automedicação com MIPs não se limita a um comportamento pontual, mas se insere em uma lógica de consumo baseada na tentativa de resolver rapidamente desconfortos cotidianos. Nesse contexto, o risco não está apenas no medicamento em si, mas na ausência de critérios para sua utilização. Assim, o que os autores apontam é que a automedicação deixa de ser responsável quando ocorre sem informação adequada, evidenciando a necessidade de mediação profissional no uso desses produtos.

Em complemento, Costa, Mendes e Serra (2023) ressaltam que a automedicação com MIPs está fortemente associada à falsa percepção de segurança, uma vez que a ausência de exigência de receita médica leva muitos indivíduos a acreditarem que tais medicamentos não apresentam riscos significativos. O estudo evidencia que os fármacos mais utilizados nessa prática incluem analgésicos, anti-inflamatórios e antitérmicos, e que seu uso indiscriminado pode ocasionar intoxicações, hipersensibilidade, agravamento de sintomas e diagnósticos equivocados.

Diante disso, nota-se que a classificação de um medicamento como isento de prescrição não implica ausência de risco, mas sim uma avaliação regulatória baseada em seu perfil de segurança quando utilizado corretamente. O problema, portanto, reside na forma como esses medicamentos são interpretados pela população. A banalização do seu uso contribui para a construção de práticas inseguras, reforçando a importância de estratégias que promovam maior conscientização sobre seus limites terapêuticos.

Por outro lado, Mota, Santos e Sousa (2024) destacam que a automedicação é amplamente disseminada no Brasil, atingindo grande parcela da população, sendo agravada em contextos específicos, como durante a pandemia de COVID-19.

Os autores apontam que o uso indiscriminado de medicamentos como ivermectina e hidroxicloroquina resultou em intoxicações, internações hospitalares e aumento de complicações clínicas, evidenciando os riscos associados à disseminação de informações não fundamentadas cientificamente (MOTA; SANTOS; SOUSA, 2024).

Sob esse enfoque, torna-se evidente que a automedicação pode ser intensificada por fatores externos, como a circulação de informações equivocadas e a

ausência de orientação adequada. A situação observada durante a pandemia exemplifica como o uso de medicamentos pode ser influenciado por contextos sociais e midiáticos, ampliando os riscos à saúde coletiva. Assim, reforça-se a necessidade de atuação profissional qualificada para conter práticas inadequadas.

No que se refere à atuação farmacêutica, Ola e Baiense (2023) destacam que o farmacêutico é o profissional mais capacitado para orientar o uso correto dos MIPs, especialmente no contexto das farmácias comunitárias, que frequentemente representam o primeiro ponto de contato do paciente com o sistema de saúde. Os autores ressaltam que a orientação adequada contribui para a escolha correta do medicamento, para a prevenção de riscos e para a promoção do uso racional.

Nesse sentido, a atuação do farmacêutico ultrapassa a simples dispensação, assumindo caráter essencial na mediação entre o medicamento e o paciente. Ao orientar sobre posologia, tempo de uso e possíveis riscos, esse profissional contribui diretamente para a redução de danos associados à automedicação. Dessa forma, a presença ativa do farmacêutico pode ser compreendida como elemento fundamental para a segurança do paciente.

De modo semelhante, Miranda Filho, Andrade Júnior e Montenegro (2021) evidenciam que os serviços farmacêuticos desempenham papel relevante na melhoria da qualidade de vida dos pacientes, na redução de custos em saúde e na diminuição de consultas médicas desnecessárias. Os autores também apontam que fatores como falta de educação em saúde, acessibilidade aos medicamentos e percepção limitada do papel do farmacêutico contribuem para a automedicação não orientada.

A partir dessa análise, verifica-se que a automedicação não pode ser dissociada de fatores estruturais, como o acesso aos serviços de saúde e o nível de informação da população. Nesse contexto, o farmacêutico surge como agente capaz de intervir diretamente nesse processo, contribuindo para a construção de práticas mais seguras e conscientes no uso de medicamentos.

Além disso, Alcântara e Andrade (2022) enfatizam que a atenção farmacêutica é fundamental para evitar o uso indiscriminado de MIPs, uma vez que esses medicamentos, apesar de destinados a condições de baixa gravidade, podem causar danos à saúde quando utilizados de forma inadequada. Os autores destacam que a orientação farmacêutica permite esclarecer dúvidas, prevenir efeitos adversos e promover o uso racional.

Dessa forma, a atenção farmacêutica pode ser compreendida como estratégia essencial para minimizar os riscos associados à automedicação. Ao estabelecer uma relação mais próxima com o paciente, o farmacêutico contribui para a construção de um cuidado mais seguro e individualizado, reduzindo a probabilidade de uso inadequado dos medicamentos.

Foi observado ainda que, Oliveira (2021) destaca que a automedicação está frequentemente associada a fatores como a busca por alívio imediato dos sintomas, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a influência de propagandas de medicamentos. A autora ressalta que, em muitos casos, os indivíduos recorrem aos MIPs como primeira alternativa terapêutica, sem considerar os riscos envolvidos, o que pode resultar em uso inadequado e agravamento do quadro clínico.

À luz dessas considerações, percebe-se que a automedicação não decorre apenas da disponibilidade dos medicamentos, mas também de um conjunto de fatores sociais e comportamentais que incentivam essa prática. A busca por soluções rápidas e a falta de informação adequada acabam contribuindo para decisões baseadas na experiência pessoal ou em recomendações informais, o que aumenta a probabilidade de erros no uso dos medicamentos. Assim, evidencia-se que a promoção do uso racional depende não apenas da regulação, mas também da educação em saúde.

Sob outro enfoque, Laismann *et al.* (2024) analisam as evidências científicas relacionadas aos medicamentos isentos de prescrição registrados no Brasil, demonstrando que, embora muitos desses medicamentos apresentem evidência de qualidade moderada ou alta, ainda existem lacunas importantes quanto à segurança, especialmente em grupos específicos como gestantes, lactantes e crianças. Os autores também destacam a ausência de informações completas em parte dos medicamentos analisados, o que pode comprometer a tomada de decisão por parte dos usuários.

Por meio dos resultados notou-se também que se torna evidente que a automedicação com MIPs é frequentemente associada à falsa percepção de segurança, uma vez que a ausência de exigência de receita médica contribui para a ideia de que esses medicamentos não apresentam riscos significativos. Tal percepção favorece o uso indiscriminado, especialmente de analgésicos e anti-inflamatórios, que são amplamente utilizados pela população (COSTA; MENDES; SERRA, 2023).

Nesse contexto, Costa, Mendes e Serra (2023) discorrem que a banalização do uso desses medicamentos acaba reduzindo a percepção de risco por parte dos

usuários. Assim, sintomas que poderiam ser avaliados com maior cautela passam a ser tratados de forma automática, sem investigação adequada. Esse comportamento pode resultar não apenas em falhas terapêuticas, mas também em complicações decorrentes do uso inadequado, evidenciando a necessidade de maior conscientização sobre os limites da automedicação.

No que se refere à atuação farmacêutica, os estudos indicam que esse profissional desempenha papel essencial na promoção do uso racional dos medicamentos isentos de prescrição. Sua atuação envolve não apenas a dispensação, mas também a orientação quanto à posologia, duração do tratamento, possíveis riscos e necessidade de encaminhamento médico quando necessário (OLA; BAIENSE, 2023).

A presença ativa do farmacêutico no momento da dispensação permite transformar a farmácia em espaço de cuidado, e não apenas de comercialização. Ao orientar o paciente de forma adequada, o profissional contribui diretamente para a redução de erros no uso de medicamentos e para a prevenção de complicações. Dessa forma, sua atuação se mostra fundamental para garantir maior segurança no uso dos MIPs (OLA; BAIENSE, 2023).

De forma complementar, os estudos de Miranda Filho, Andrade Júnior e Montenegro (2021), apontam que a intervenção farmacêutica também apresenta impacto positivo no sistema de saúde, uma vez que contribui para a redução de atendimentos desnecessários e de custos associados a complicações decorrentes da automedicação. Além disso, melhora a qualidade de vida dos pacientes ao promover um uso mais seguro e eficaz dos medicamentos.

Esse entendimento permite perceber que o farmacêutico não atua apenas na dimensão individual do cuidado, mas também exerce influência coletiva, ao contribuir para a racionalização do uso de medicamentos na população. Assim, sua atuação se insere como componente importante na organização do cuidado em saúde, especialmente no âmbito da atenção primária (MIRANDA FILHO; ANDRADE JÚNIOR; MONTENEGRO, 2021).

Além disso, a literatura destaca que a atenção farmacêutica constitui estratégia relevante para evitar o uso indiscriminado de medicamentos, especialmente no contexto dos MIPs. A orientação adequada no momento da dispensação permite esclarecer dúvidas, prevenir efeitos adversos e promover maior segurança no tratamento (ALCÂNTARA; ANDRADE, 2022).

Nesse sentido, a atenção farmacêutica contribui para a construção de um cuidado mais próximo e individualizado, permitindo que o paciente compreenda melhor o uso do medicamento e suas limitações. Esse processo reduz a probabilidade de automedicação inadequada e favorece práticas mais seguras no uso de medicamentos (ALCÂNTARA; ANDRADE, 2022).

Por fim, os estudos analisados indicam que a promoção do uso racional dos medicamentos depende da adoção de estratégias como educação em saúde, orientação qualificada e padronização de condutas no atendimento farmacêutico. Essas ações se mostram fundamentais para reduzir os riscos associados à automedicação e promover maior segurança no uso dos MIPs (MOTA; SANTOS; SOUSA, 2024).

A partir disso, entende-se que o uso racional não se limita ao acesso ao medicamento, mas envolve também informação adequada, acompanhamento profissional e conscientização da população. Assim, a combinação entre orientação farmacêutica e educação em saúde se apresenta como caminho essencial para reduzir os impactos negativos da automedicação (MOTA; SANTOS; SOUSA, 2024).

De modo geral, os resultados analisados evidenciam que a automedicação com medicamentos isentos de prescrição é uma prática amplamente difundida, marcada por fatores como facilidade de acesso, busca por alívio imediato e percepção reduzida de risco. Ao mesmo tempo, os estudos demonstram que, embora esses medicamentos sejam indicados para condições de menor gravidade, seu uso inadequado pode gerar consequências relevantes à saúde, especialmente quando ocorre sem orientação profissional.

Nessa perspectiva, destaca-se a atuação do farmacêutico como elemento fundamental para orientar o uso seguro, identificar riscos e contribuir para práticas mais responsáveis. Além disso, observa-se que estratégias como educação em saúde e padronização do atendimento farmacêutico aparecem como caminhos importantes para minimizar os efeitos negativos da automedicação e promover o uso racional dos medicamentos.

5 CONCLUSÃO

A elaboração deste estudo permitiu analisar, de forma ampla e fundamentada, a relevância do farmacêutico no processo de dispensação dos Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs). Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que a presença desse profissional é determinante para garantir o uso adequado dos medicamentos e para a preservação da saúde da população. Nesse contexto, o farmacêutico se configura como o profissional que mantém contato mais direto com o paciente no momento da aquisição do medicamento, assumindo responsabilidades que vão além da simples comercialização. Entre suas atribuições estão a orientação correta sobre a forma de uso, a explicação sobre possíveis efeitos adversos, interações medicamentosas e situações em que o medicamento não é indicado. Dessa maneira, sua atuação possui não apenas caráter técnico, mas também educativo e preventivo, contribuindo para aproximar a população dos serviços de saúde e promover maior segurança no uso dos medicamentos.

Os objetivos propostos neste estudo foram alcançados, uma vez que foi possível analisar os riscos associados à automedicação sem orientação profissional, evidenciando sua relação direta com o uso inadequado dos Medicamentos Isentos de Prescrição. Além disso, verificou-se que a atuação do farmacêutico na dispensação desses medicamentos desempenha papel fundamental na promoção do uso racional. De acordo com os artigos analisados não foi possível citar os desafios por escassez na literatura.

Os resultados observados indicam que a atuação consciente e responsável do farmacêutico pode reduzir significativamente os riscos associados à automedicação, prática ainda bastante presente na realidade brasileira. Quando há acompanhamento e orientação adequados, diminui-se a probabilidade de uso inadequado ou prolongado de medicamentos, bem como os riscos de intoxicações, reações adversas e outras complicações que podem comprometer a saúde do paciente. Além disso, ao orientar e esclarecer dúvidas da população, o farmacêutico exerce um papel importante na educação em saúde, incentivando o uso consciente dos medicamentos e estimulando o autocuidado responsável.

Outro ponto evidenciado ao longo da análise é a importância da presença contínua desse profissional nas farmácias comunitárias para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). A atuação farmacêutica contribui para a prevenção

de problemas relacionados ao uso incorreto de medicamentos, o que pode evitar atendimentos emergenciais e hospitalizações desnecessárias, além de colaborar para a utilização mais eficiente dos recursos públicos. Essa relevância tornou-se ainda mais evidente em períodos de crise sanitária, como durante a pandemia da COVID-19, quando houve um aumento significativo da automedicação e da circulação de informações equivocadas sobre tratamentos. Nesse cenário, o farmacêutico desempenhou papel essencial ao orientar a população com base em evidências científicas e ao combater a disseminação de informações incorretas.

Também se destaca a necessidade de constante aprimoramento profissional. A área da saúde passa por transformações contínuas, impulsionadas por avanços científicos e tecnológicos, o que exige do farmacêutico atualização permanente para que sua prática esteja alinhada às evidências mais recentes. Nesse sentido, iniciativas e políticas que incentivem a capacitação contínua desses profissionais são fundamentais para assegurar a qualidade dos serviços prestados e fortalecer sua atuação no cuidado à saúde da população.

Diante disso, pode-se afirmar que o farmacêutico não deve ser reconhecido apenas como o profissional responsável pela dispensação de medicamentos, mas como um agente de saúde que participa ativamente da promoção do bem-estar, da prevenção de agravos e da orientação da população. Sua atuação nas farmácias comunitárias amplia o alcance das ações de atenção básica e contribui para um cuidado mais humanizado e integral.

Por fim, destaca-se que a valorização da profissão farmacêutica, aliada ao cumprimento das normas sanitárias e ao incentivo às práticas de educação em saúde, é essencial para reduzir os riscos decorrentes da automedicação e garantir que os MIPs sejam utilizados de forma segura e adequada. Assim, o farmacêutico reafirma sua importância como profissional comprometido com a segurança no uso de medicamentos, com a promoção do uso racional de fármacos e com a construção de uma sociedade mais informada e consciente em relação à própria saúde.

REFERÊNCIAS

ADITYA, R. *et al.* A study on the dispensing pattern of OTC medications in community pharmacies: generic versus non-generic drugs. **International Journal of Research in Pharmaceutical Sciences**, v. 11, supl. 4, p. 1071–1079, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368049959_A_Study_on_the_Dispensing_Pattern_of_OTC_Medications_in_Community_Pharmacies_Generic_versus_Non-Generic_drugs. Acesso em: 26 nov. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Orientações sobre o uso racional de medicamentos isentos de prescrição**. Brasília: ANVISA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ALCANTARA, C. G. da S. de; ANDRADE, L. G. de. (2022). **ATENÇÃO FARMACÊUTICA NA AUTOMEDICAÇÃO DE MIPS**. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 8(3), 638–645. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i3.4622>. Acesso em 26 nov. 2025.

AMORIM FILHO, Hytarcides de Oliveira Lima *et al.* As atribuições clínicas do farmacêutico na diminuição dos problemas relacionados aos medicamentos frente à automedicação por medicamentos isentos de prescrição comercializados em drogarias. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 8, p. 24–32, 2022. Disponível em: <https://periodicos.cerradopub.com.br/bjs/article/download/133/72>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ARAÚJO, D. M. *et al.* O papel do farmacêutico no controle, orientação e prevenção da automedicação em idosos: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, e37211528232, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/28232/24658>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 882, de 14 de junho de 2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-rdc-n-882-de-14-de-junho-de-2024-567209532>. Acesso em: 22 mar. 2026.

BRASIL A. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**. Instrução Normativa - IN nº 285, de 7 de março de 2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=481870>. Acesso em: 22 mar. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 538, de 30 de setembro de 2021**. Dispõe sobre o enquadramento e reenquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e dá outras providências. Brasília, DF: Anvisa, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-538-de-30-de-setembro-de-2021-349148089>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CARDOSO, Daniel Siqueira *et al.* O uso indiscriminado de medicamentos isentos de prescrição no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, e315039,

2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31503>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/31503>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CHIDIAC, A. S. *et al.* **Paracetamol dosing errors in people aged 12 years and over. Drug Safety**, v. 47, n. 12, p. 1293–1306, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39222216/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

COSTA, Karla Meyrele dos Santos; MENDES, Saulo José Figueiredo; SERRA, Izabel Cristina Portela Bogéa. A automedicação relacionada aos medicamentos isentos de prescrição médica (MIPs): uma revisão integrativa. **Revista FT**, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, v. 27, ed. 123, jun. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8014647. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-automedicacao-relacionada-aos-medicamentos-insentos-de-prescricao-medica-mips-uma-revisao-integrativa/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

FERREIRA, F. C. *et al.* O impacto da prática da automedicação no Brasil: revisão sistemática. **Brazilian Applied Science Review**, v. 5, n. 3, p. 1505–1518, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/31242>. Acesso em: 26 nov. 2025.

FERNANDES, E. W.; SILVA, G. C.; MARQUEZ, C. O. A necessidade da prescrição farmacêutica de MIPs e os problemas da automedicação. **Scire Salutis**, v. 12, n. 1, p. 17–24, 2021. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/sciresalutis/article/download/6247/3443/15076>. Acesso em: 26 nov. 2025.

GONZALEZ, Maria Helena da Silva Silveira *et al.* **O impacto da automedicação na vida dos brasileiros**. São Paulo: Centro Paula Souza, v. 4, n. 1, p. 1–8, 2022. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/9569>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GUIMARÃES, Pedro Henrique Damascena; PACHECO, Rodrigo Pereira; DE JESUS MORAIS, Yolanda. Cuidados farmacêuticos e o uso de medicamentos isentos de prescrição (MIPs). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, e485101220405, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/20405/18457/250866>. Acesso em: 15 nov. 2025.

JALAL, S. M.; JALAL, S. H. **Public awareness regarding OTC medications. Cureus**, 2024. Disponível em: <https://www.cureus.com/articles/245968-public-awareness-and-practice-regarding-over-the-counter-medications-a-cross-sectional-study-in-al-ahsa-saudi-arabia>. Acesso em: 9 set. 2025.

KULIKOVA, O. A.; LAVRENTEVA, L. I.; SOCOLOVA, O. V. The role of the pharmacist in responsible self-treatment. **Patient-Oriented Medicine and Pharmacy**, v. 2, n. 2, p. 29–34, 2024. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-role-of-the-pharmacist-in-the-system-of-use-of-Kulikova-Lavrenteva/be6326fa3077480f27e99c967cb59d85fc0f5323>. Acesso em: 9 set. 2025.

LAISMANN, Nara Amanda; CALADO, Gustavo Pereira; BARBOSA, Ana Paula de Oliveira; LIMA, Rodrigo Fonseca; SANTANA, Rafael Santos. Mapeamento das evidências de medicamentos isentos de prescrição registrados no Brasil: análise comparativa segundo método GRADE. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 143, e8939, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241438939P> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/GWy36TDmNwXNZcGWvMbfbwx/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 22 mar. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARINHO, Laynna Núbia; MEIRELLES, Lyghia Maria Araújo. Os riscos associados ao uso de medicamentos isentos de prescrição. **Revista Saúde Multidisciplinar**, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/144>. Acesso em: 6 set. 2025.

MEIRELLES, Lyghia Maria Araújo. Os riscos associados ao uso de medicamentos isentos de prescrição. **Revista Saúde Multidisciplinar**, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/144>. Acesso em: 15 set. 2025.

MIRANDA FILHO, Jorge Paulo de; ANDRADE JÚNIOR, Francisco Patricio de; MONTENEGRO, Camila de Albuquerque. Cuidados farmacêuticos e os medicamentos isentos de prescrição: revisão integrativa da literatura. **ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 153–162, 2021. DOI: 10.21270/archi.v10i1.4903. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ARCHI/article/view/4903>. Acesso em: 26 nov. 2025.

MOREIRA, D. L. *et al.* Automedicação e seus riscos: um estudo com usuários de unidades de saúde da família. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 15, n. 42, p. 2397, 2020. Disponível em: <https://ojs.focpublicacoes.com.br/foco/article/view/8587>. Acesso em: 15 set. 2025.

MOTA, Maria Clara Vulcão da; SANTOS, Rahyja Teixeira dos; SOUSA, Yama Mayura Alves de. A atuação do farmacêutico na orientação e impactos do uso indevido de medicamentos isentos de prescrição em farmácias. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 566–583, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n11p566-583. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4214>. Acesso em: 26 nov. 2025.

MUTMAINNAH, M.; ADAWIYAH, I. Análise de fatores socioeconômicos que afetam o acesso comunitário aos serviços de saúde pública em áreas rurais. **Journal of Public Health Indonesian**, v. 1, n. 5, p. 32–45, 2025. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/388660541_Analysis_of_Socioeconomic_Factors_Affecting_Community_Access_to_Public_Health_Services_in_Rural_Areas/download. Acesso em: 15 set. 2025.

OLA, Aldair Renan Oliveira; BAIENSE, Alex Sandro Rodrigues. AÇÃO DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPs). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 9198–9208, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i4.9636. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9636>. Acesso em: 26 nov. 2025.

OLIVEIRA, Aurilene Klegia Alves. **A importância do farmacêutico na automedicação e ações de educação em saúde para promoção do uso racional de medicamentos**. 2021. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Farmácia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/552d0741-5902-43d4-a9c0-72e2e82ade8f>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SANTOS, Shariene Tainara da Silva; ALBUQUERQUE, Natália Luciene de; GUEDES, João Paulo de Melo. Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição (MIPs) no Brasil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, e42211730493, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.30493. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/30493/26017/345330>. Acesso em: 26 nov. 2026.

SOUZA, A. C.; SOUZA, H. S.; SILVA, R. O. Hepatotoxicidade por paracetamol. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 11, p. 107073–107085, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/39986/pdf/100095>. Acesso em: 15 set. 2025.

XIMENES, Aldineia de Jesus; PEREIRA, Euvania Zarliene dos Santos; REIS, Larissa Souza. **Automedicação e uso racional de medicamentos: a importância do farmacêutico na automedicação e promoção do uso racional de medicamentos**. In: PESSOA, Débora Luana Ribeiro (org.). Farmácia: fronteiras na pesquisa e desenvolvimento 5. Ponta Grossa: Atena, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.353240808>. Acesso em: 10 fev. 2026.